



PARA UMA CIDADANIA ACTIVA (SUGESTÕES PARA UM PROGRAMA)

I - RESPONSABILIDADE: FUNDAMENTO ÉTICO DA CIDADANIA

Nota: O domínio da natureza que, num primeiro tempo, se destinava à felicidade dos homens, põe hoje em risco não só o destino do homem mas também a sua imagem, não só a sua sobrevivência física mas também a integridade da sua essência, não só a noção abstracta da sua existência mas as condições concretas da sua vida, não só a defesa da soberania dos povos mas também a possibilidade da sua cooperação pacífica. O princípio ético da responsabilidade surge hoje, através do pensamento de Hanna Arendt, Hans Jonas, Emmanuel Levinas, entre outros, como a garantia de um futuro possível para cada ser humano, para a humanidade no futuro, para a permanência do planeta enquanto lugar habitável. A salvaguarda da democracia e da cidadania em que assenta exige que a responsabilidade se torne o motor dos comportamentos individuais, sociais, mundiais.

- . Num mundo de conquista da liberdade, a emergência da responsabilidade
- . Autonomia e responsabilidade: do indivíduo à sociedade e ao mundo
- . Para uma ordem mundial de responsabilidade

Coordenador: Prof. Carmo Ferreira

Do exterior:

- . Pierre Rosanvallon (França)
- . Bètinho (Brasil)

II - CIDADANIA E DIREITOS CÍVICOS E SOCIAIS

Nota: Nos últimos 20 anos duas tendências têm marcado a evolução das sociedades. Por um lado, os direitos cívicos foram objecto de uma acção pertinaz de indivíduos, organizações e instituições internacionais, nomeadamente das Nações Unidas. O desmantelamento do mundo comunista veio reforçar a necessidade de estabelecer o pilar dos direitos cívicos em todos os continentes, independentemente da singularidade das várias civilizações. Por outro lado, a dimensão do social alargou-se da questão tradicional capital/trabalho para se estender a todas as situações em que as pessoas surgem como sujeito de direitos sociais. Não há

hoje construção política possível - tanto a nível nacional como regional e mundial - sem a reformulação dos direitos civicos e sociais na sua indivisibilidade e interdependência.

- . Direitos fundamentais: conceito e prática em evolução permanente
- . A persistência da violação dos direitos e o avanço normativo internacional
- . A tradição europeia e a urgência de um modelo renovado e original da democracia cívica e social

Coordenador: MLP

Do exterior:

- . Drago Najman (ex-Jugoslávia)
- . Baronesa Shirley Williams (Reino Unido)
- . Prof. Garcia de Enterría (Espanha)

III- QUALIDADE DE VIDA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Nota: A Cimeira do Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague em Março de 1995, reafirmou unanimemente o primado e a centralidade da pessoa humana nos processos de desenvolvimento e, em consequência, a prioridade do desenvolvimento social no contexto de políticas económicas propiciadoras dos objectivos sociais. Os compromissos então assumidos publicamente pelos Chefes de Estado e de Governo levam a considerar a necessidade de utilizar o conceito de Qualidade de Vida como foco de toda a política. Os direitos definidos internacionalmente nos Pactos Internacionais ratificados pela grande maioria dos Estados constituem o seu esteio objectivo. As políticas públicas tendo como objectivo a Qualidade de Vida são mensuráveis nos seus resultados e na sua implementação bem como expressão da participação activa dos cidadãos e dos grupos organizados.

- . Qualidade de vida como foco e objectivo de toda a sociedade
- . Componentes da qualidade de vida e direitos fundamentais
- . Novas exigências da segurança colectiva no domínio social e económico



. Estratégias para a melhoria sustentada da qualidade de vida: metas, calendários e indicadores

Coordenador: Prof. Boaventura Sousa Santos

Do exterior:

- . Juan Somavia (Chile)
- . Martha Nussbaum (EUA)

IV - DESAFIO AOS ESQUEMAS DE PRODUÇÃO E AOS PADRÕES DE CONSUMO

Nota: A cidadania e a qualidade de vida não podem ser sustentados com os esquemas de produção existentes e em expansão no hemisfério Sul nem com os padrões de consumo veiculados pelo modelo único de desenvolvimento económico. A capacidade de carga do planeta está a atingir valores críticos no que diz respeito tanto aos recursos naturais, à bio-diversidade e às condições climáticas como aos tanques de despejo dos detritos resultantes de todas as actividades humanas (domésticas, industriais, de transporte, etc.). Se os padrões de consumo são insustentáveis também o são os esquemas de produção cujas componentes já pouco têm em comum com as que caracterizaram o início da industrialização. Neste contexto, a economia baseada na quantidade terá que dar lugar à economia baseada na qualidade dos bens e na qualidade dos serviços acessíveis a todos. Os paradigmas em que se enquadra a actividade humana e, em particular, o "trabalho", terão de ser profundamente renovados.

. A capacidade de carga do planeta em recursos naturais, bio-diversidade e tanques de despejo

. A necessidade e os limites do crescimento económico: paradoxos do mercado

. A transformação da equação industrial: terciarização das actividades, fragmentação das unidades do processo de produção e consumo

. Mudanças de paradigma: a redefinição do trabalho, a emergência da sociedade activa

Coordenador: José Madureira Pinto

Do exterior:

- . Orio Giarini (Suiça)
- . Gunter Schmid



(Alemanha)

- . Anders Wijkman (Suécia)
- . Dominique Meda (França)

V - VULNERABILIDADE E SOLICITUDE

Nota: Ao constatar o termo da civilização do progresso linear e das aspirações ilimitadas, a nossa época depara com a condição de vulnerabilidade na vida humana, individual e colectiva. A luta activa pelo respeito dos direitos humanos vai de par com o reconhecimento das condições de vulnerabilidade que atravessam o ciclo de vida de todos os seres vivos desde o ser humano na sua individualidade até ao planeta como um todo. Com a emergência da responsabilidade enquanto fundamento ético da cidadania, revaloriza-se a solicitude pelos outros seres como sua componente afectiva, a um tempo instrumental e ética. É a solicitude que prontamente é invocada pela vulnerabilidade. A uma sociedade em que estão vivos os valores de solicitude, deve corresponder um Estado capaz de exprimir na sua esfera própria a solicitude e apto a apoiar em prioridade todas as formas de solicitude geradas pelo corpo social, pela consciência das sua zonas de vulnerabilidade.

- . A vulnerabilidade como parte da condição humana, a nível individual e colectivo: o desafio da sobrevivência
- . A resposta à fragilidade dos seres: a solicitude enquanto presença do outro à consciência
- . Na génese das políticas sociais, a solicitude na família, na comunidade, na sociedade
- . A tarefa do Estado na sua expressão institucional própria e no apoio aos valores de solicitude

Coordenador: Prof.^a Maria Manuel Araújo Jorge

Do exterior: Karina Constantino-David (Filipinas)

VI - PARA UM NOVO CONTRATO SOCIAL

Nota: A análise dos factores de conflito e de impasse das sociedades contemporâneas indica a urgência de uma nova



síntese, de um novo equilíbrio entre as diferentes componentes da sociedade. É necessário regular a desregulação para que o mercado não se desenvolva á custa dos excluídos de hoje e da sobrevivência das gerações futuras. É preciso um novo equilíbrio entre as várias gerações e entre mulheres e homens. A governabilidade é posta em causa pelo efeito conjunto da globalização e do carácter imprevisível e incerto da evolução social e histórica. São indispensáveis novos mecanismos de execução e um novo sistema de valores globais. Ao mesmo tempo, a sociedade civil tem vindo a afirmar-se em todos os continentes, tendo as Conferências da ONU da década de 90 revelado a força e a criatividade das organizações não-governamentais. A mobilização das forças sociais é um novo factor a ter em conta no desenho e implementação das políticas públicas. Por isso um novo contrato social é exigido, extensível aos governos e a população, à própria natureza e a todas as nações do mundo.

- . O Estado e a sociedade civil numa interacção responsável
- . A necessidade de um novo equilíbrio social
- . A governabilidade a todos os níveis
- . Emergência dos actores da sociedade civil
- . Mobilização das forças sociais

Coordenador: Prof. Augusto Santos Silva

Do exterior: Monique Bégin (Canada)

